

8

A desintegração da sociedade medieval

O final da Idade Média foi um período de grande mudança social e econômica. A maioria dos problemas característicos da sociedade moderna estava nascendo: o surgimento da classe trabalhadora, conflitos entre empregados e empregadores, greves, crises econômicas, inflação e pobreza. A reação das pessoas mais abastadas em relação à mendicância e pobreza refletia a ansiedade coletiva que havia sobre a direção para a qual a sociedade estava evoluindo. O processo de transição para a sociedade moderna deu-se entre os anos 1320 e 1420, a era da “grande crise” da sociedade feudal (GEREMEK, 1994).

Na Antiguidade e no princípio da Idade Média os bens cotidianos não eram regularmente comprados. Com a expansão da população urbana os senhores de terra são induzidos a produzir para vender no mercado. O transporte e o comércio são necessários para atenuar as desvantagens da distribuição geográfica da produção e as autoridades são compelidas a abrandar as restrições ao comércio (POLANYI, 1944).

Dentre as diversas interpretações da crise na Baixa Idade Média, a mais conhecida é a teoria demográfica. Nesta versão, o crescimento demográfico - que em séculos passados foi um fator de expansão econômica - agora começa a exceder os limites da tecnologia agrária. A colheita permanecia no mesmo nível enquanto a população continuava a crescer. Na segunda metade do século XIII o crescimento populacional na Europa Ocidental excedia 10% - o que não era acompanhado pela exaurida economia agrícola. O aumento dos preços dos produtos agrícolas (na região de Paris, o preço do pão dobrou entre 1287 e 1303) foi um dos efeitos da pressão demográfica. A crise de alimentos entre 1315 e 1317 e a série de epidemias e crises de abastecimento causadas por alterações climáticas desfavoráveis na Europa revelou a disparidade existente entre o tamanho da população e as reservas de alimento (GEREMEK, 1994).

Entretanto a pressão demográfica não pode explicar o mecanismo da crise no século XIV, já que a Peste Negra que dizimou aproximadamente 1/3 da população ocidental não restabeleceu o equilíbrio. A partir destes levantamentos cabe-nos refletir sobre a questão demográfica inserida no contexto social da época: quando a economia de mercado inseriu-se no campo, as disparidades entre riqueza material e a diferença entre ricos e pobres tornou-se mais visível para a população rural. As necessidades básicas do trabalhador rural não eram supridas pelo mercado: eles tinham um lote de terra que era cultivado por toda família e algumas vezes recebiam uma refeição. No começo do século XVI todos os preços começaram a subir e em 1520 eles dispararam. Não há dúvida de que isso levou a uma queda no padrão de vida da população (GEREMEK, 1994).

O preço do grão apresentava um aumento de 4,3% ao ano ou um acumulado de 1,5% em relação ao ano anterior. Para os indivíduos que viviam nesta época a tendência era assustadora. Viam seu padrão de vida cair subitamente e reclamavam. Camponeses, nobres, trabalhadores urbanos, todos comentavam nostalgicamente sobre o início do século quando 'havia carne a mesa todos os dias, a comida era farta e bebíamos vinho como se fosse água – enquanto hoje (1513), uma libra de carne de carneiro custa o mesmo que um carneiro inteiro custava'.¹ (GEREMEK 1994, p. 89, tradução nossa).

Polanyi (1944) elucida as causas do aumento da pobreza através do conceito de desemprego invisível, provocado pelas grandes flutuações no comércio: O aumento das transações expandia naturalmente o volume de empregos enquanto a divisão territorial do trabalho era responsável pela desarticulação das ocupações tanto nas aldeias quando na cidade. O boato de salários elevados nas cidades provocava a migração do trabalhador rural, aumentando a população urbana. O fluxo de migração era muitas vezes acompanhado por um fluxo de remigração, pois os desempregados urbanos tendiam a retornar a sua aldeia natal. Entretanto, os salários da agricultura não conseguiam competir com os salários da cidade, estavam acima do que o fazendeiro poderia arcar e abaixo do nível de subsistência do trabalhador.

¹ CF.F. Braudel, La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque du Philippe II, Paris, 1966, vol.I, p. 471.

Geremek (1994) sugere que a inflação do século XVI surgiu de contradições internas: a agricultura estava estagnada, a mudança na densidade populacional afetava a distribuição de alimentos, a rede de transporte era precária e os estoques inadequados. A estrutura tradicional de produção não conseguia absorver o excesso populacional, o que acabou resultando no processo de colonização.

Nos anos de 1594-7, 1659-62, 1771 – 1774 as más colheitas afetaram a maior parte da Europa e suas conseqüências foram bastante duras. Esta crise sinalizou que a agricultura não estava mais conseguindo acompanhar o crescimento demográfico e os custos sociais desta transformação seriam altos. O comércio e as finanças também sofreram: o mercado para produtos industriais encolheu e as cidades não conseguiam manter o nível de emprego.

“Na Itália, um aviso, espécie de jornal de fevereiro de 1558, continha a seguinte informação sobre Roma: ‘nada de novo aqui, exceto que as pessoas estão morrendo de fome’². A fome era realmente um fato na vida dos pobres, mas não afetava os ricos.” (GEREMEK, 1994, p. 99, tradução nossa)

O problema da pobreza afetava as cidades e ameaçava a ordem social: ocorriam revoltas e insurreições. As cidades precisavam lidar com a massa de pessoas famintas que vinham das regiões próximas: mesmo se não pudessem entrar, ficavam acampadas do lado de fora dos muros. Era necessário tomar medidas urgentes para organizar a ajuda aos pobres, com regras bem definidas para as atividades das instituições de caridade.

O quadro é fragmentado devido à restrição no transporte, no comércio e na comunicação que havia até a revolução industrial. Por conta disso, o ritmo da evolução varia por região, dependendo de condições naturais e históricas específicas.

Geremek em seu livro *“Poverty, A History”*, de 1994 descreve as principais medidas tomadas em algumas regiões da Europa para lidar com a questão da pobreza. As seções: Veneza, Paris e Ypres estão baseadas no trabalho deste autor. A seção sobre a Inglaterra foi complementada por conceitos de outras fontes que serão indicadas ao longo do texto.

² J. Delumeau, *Rome au XVIe siècle*, Paris, 1975, p. 107

8.1. Veneza

Conhecida como a “Rainha do Adriático”, Veneza florescia na primeira metade do século XVI. Sua população crescia de forma ordenada e a cidade desenvolvera uma estrutura de negócios estável com a construção de navios e indústria têxtil. Sua administração eficiente assegurava a ordem interna e propagava seu poder e prestígio. Entretanto, no início do século XVI, a grande fome que afetou as áreas ao redor da cidade abalou sua prosperidade. A pobreza que invadiu as ruas de Veneza provocou reações de compaixão e temor.

Nos anos de 1527 – 9, fome, pragas e guerras devastaram o Norte e o Centro da Itália. Tornou-se difícil para a administração de Veneza conseguir comprar grãos de suas fontes habituais. Os preços quaduplicaram. A fome levou a população pobre para as cidades em busca de ajuda, já que somente as cidades tinham um sistema de estocagem de alimentos. Veneza com sua riqueza, poder e conseqüentemente estoque de comida atraiu hordas de pobres famintos. Junto com os pobres, vinham as doenças e com elas a ameaça de uma epidemia. Em Veneza, assim como em Paris, o medo foi o que motivou as autoridades locais a tentar organizar a caridade para os pobres – e também de encontrar uma forma de isolá-los.

Após muitos debates, em março de 1528 as autoridades tomaram uma decisão: construiriam quatro abrigos onde os pobres poderiam ficar por uma noite, tendo acesso a abrigo e comida. Todos os pobres deveriam procurar os abrigos, pois mendigar na cidade seria proibido e os mendigos seriam presos, açoitados e expulsos da cidade. Os barqueiros deveriam informar a todos que pedir esmolas era proibido.

Um imposto especial foi criado para financiar a construção e manutenção destes abrigos. Os cidadãos que atrasavam no pagamento deste imposto passavam vergonha: Seus nomes eram lidos em voz alta pelos padres durante a Missa nos dias santos. As autoridades venezianas aceitavam a responsabilidades por estes pobres até a próxima colheita de junho, quando seriam reconduzidos às suas cidades de origem. Se fossem pegos pedindo esmola em Veneza novamente seriam açoitados.

Estas medidas podem ser consideradas como a primeira “Lei dos pobres” em Veneza e tinham um caráter temporário. O elemento novo que surgiu foi o fato das autoridades se considerarem responsáveis por elaborar e implementar um programa de ajuda aos pobres.

No início de abril os quatro abrigos estavam prontos, mas os pobres relutavam em usá-los com medo de serem isolados. Houve atos de violência contra os guardas dos abrigos e os mendigos continuavam a vagar por Veneza. Já no meio do mês, os pobres que procuravam os abrigos estavam satisfeitos e alimentados e temeu-se uma super lotação dos abrigos. As autoridades então decidiram admitir somente os doentes e os que não podiam trabalhar. Os pobres aptos ao trabalho seriam expulsos da cidade.

Um ano após a “Lei dos pobres” ser instituída em Veneza, as autoridades aprovaram uma nova lei, de caráter mais permanente. O Senado decretou os principais objetivos das autoridades: proporcionar ajuda para os doentes e pobres sem encorajar a preguiça daqueles capazes de ganhar seu sustento através do trabalho. De acordo com as novas medidas, os pobres estrangeiros deveriam ser expulsos da cidade. Os pobres locais aptos para o trabalho seriam encaminhados para as embarcações. O capitão do navio deveria empregar o maior numero possível de pobres, dando a eles a mesma quantidade de alimento, porém metade do salário dos empregados. As associações profissionais também deveriam empregar os pobres como aprendizes. Os doentes e deficientes receberiam ajuda permanente de suas paróquias e os sem-teto seriam encaminhados aos abrigos. Cada paróquia era responsável por recolher e administrar as doações, assim como era responsável pela distribuição da caridade.

Quando a crise passou e os pobres voltaram aos seus locais de origem, estas leis não eram obedecidas rigorosamente. Mas a cada má colheita ou epidemia eram renovadas (1537-9, 1544-45, 1575-7 e 1590-5). Em 1545, com a pressão do crescimento demográfico e tensões no mercado de trabalho, cada vez mais pobres eram enviados às galés. Foi constituída uma comissão para examinar a questão da pobreza, dos seis membros, três eram clérigos. Mas foi só no final do século que Veneza começou a centralizar a ajuda aos pobres de uma forma sistemática.

8.2. Paris

Paris era um grande centro na Europa e servia como exemplo para as cidades menores: as autoridades de outras localidades esperavam as soluções dadas por Paris para terem uma orientação de como agir. O Parlamento lidava diretamente com os problemas decorridos da pobreza com fundos provenientes do tesouro real. A Igreja também representava uma força importante nas decisões relativas à caridade.

Os hospitais serviam de abrigos aos pobres e doentes. O medo das epidemias incitava as autoridades a tomar medidas para conter a disseminação das doenças. Em 1516 o Parlamento decretou que todos os pobres errantes e mendigos deveriam deixar a cidade sob a pena de serem presos e designados a trabalhos forçados nas obras públicas. Na prática a medida não funcionou, mas foi um importante precedente para a política social em Paris.

Em 1525 houve muitos debates no Parlamento de Paris sobre como lidar com a pobreza. Pouco a pouco, destes debates surgiram alguns planos: Decidiu-se que a cidade seria fechada para os “pobres estrangeiros”, os pobres locais deveriam ser empregados e um fundo permanente seria instituído para financiar este trabalho. Os pobres doentes ou incapacitados para o trabalho seriam ajudados através de um tipo de centralização da caridade. Um imposto indireto foi estabelecido para levantar os fundos necessários – chamado “imposto dos pobres”.

Estas medidas tiveram sucesso limitado: o Parlamento recebia queixas de que as autoridades locais estavam empregando de acordo com suas preferências pessoais, apesar do dinheiro vir do “imposto para os pobres”. Os pobres que foram empregados neste novo sistema fingiam estar doentes nos dias de distribuição de esmolas para também ter este benefício. Além disso, este movimento não foi suficiente para controlar a pobreza, que parecia aumentar nas ruas da cidade.

Entretanto um importante passo foi dado para o estabelecimento de uma política social com a instituição do “imposto para os pobres” na primavera de 1525. Ele abriu o caminho para a criação de uma instituição especializada na ajuda aos pobres, a “*Aumône Générale*”. Um decreto de 7 de novembro de 1544 designou aos magistrados a centralização de toda a ajuda direcionada aos pobres, o Parlamento ficou responsável somente por expulsar da cidade os pobres estrangeiros. Uma semana após este decreto, cada paróquia ficou responsável por listar e organizar a ajuda aos seus pobres. Em 1545 a distribuição regular de caridade foi estabelecida, limitada àqueles que não podiam trabalhar. Há controvérsias em relação à data precisa em que o “*Great Bureau of the Poor*”, chamado “*Aumône Générale*” começou suas atividades em Paris, mas fato importante é que neste período os poderes, deveres e financiamento do auxílio aos pobres foi debatido e definido.

8.3. Ypres

Ypres era a capital do distrito homônimo, localizado na província de Flandres Ocidental, Bélgica. Não era uma cidade importante como Paris ou Veneza, nem tinha a densidade populacional de uma grande metrópole. Entretanto, as reformas nas instituições de caridade realizadas em 1525 exerceram uma grande influência nas decisões sobre este tema na Europa.

No início do século XVI, a cidade já não tinha mais a importância que atingira na Idade Média como um pólo industrial têxtil na Europa. Neste período as instituições de caridade eram bem desenvolvidas. Os empresários e autoridades locais se preocupavam principalmente em auxiliar as pessoas temporariamente desempregadas, com o objetivo de manter uma reserva de trabalho e prevenir crises sociais. Todavia, a política para os pobres no século XV e início do século XVI era baseada no controle e repressão.

A terceira década do século XVI foi particularmente difícil para a região. A guerra entre França e os Habsburgo após a eleição imperial de 1519 prejudicou e mesmo paralisou o comércio internacional. Era grande a tensão no campo. O problema da falta de alimento e crescimento populacional foi agravado pela dificuldade de importação de trigo da região norte da França e região Báltica. Em 1521-2 houve um período de grande fome: a alta dos preços e o colapso do comércio causaram uma queda na demanda dos produtos da região. Com isso o desemprego crescia de forma alarmante, o poder de compra caía e revoltas explodiam nas cidades.

Os hospitais e instituições de caridade herdadas do período medieval atuavam como rede de distribuição de ajuda aos pobres. Mas era necessária uma reforma administrativa para lidar com o agravamento do problema. Em setembro de 1525 o conselho municipal realizou uma grande reforma nas instituições de caridade. Em dezembro deste mesmo ano outras leis foram introduzidas para punir com severidade a mendicância e ao longo do ano seguinte uma série de leis e medidas foram tomadas por outras cidades da região de Flandres. Suas disposições constituíam a proibição da mendicância, a organização da ajuda aos pobres “genuínos”, o combate aos pobres errantes e a criação de um fundo para cobrir os custos administrativos.

O fator essencial destas ações residia na cidade assumir a responsabilidade de organizar a caridade: Cada paróquia deveria designar quatro oficiais especialmente para cuidar dos pobres, distribuindo comida, verificando sua saúde e condições de vida. Também era sua função recolher as doações através de caixas distribuídas nas igrejas. Ypres não tinha a intenção de instituir um “imposto para os pobres”. Eles deveriam prover abrigo aos peregrinos e viajantes, providenciando sua partida após uma breve estadia.

Em 1530 estas medidas foram fortemente atacadas pelas ordens Franciscana, Dominicana, Carmelita e Agostiniana. A principal controvérsia era o conceito cristão de ajuda aos pobres:

No passado a pobreza cristã deveria ser aceita com humildade por ser uma condição imposta por Deus. Os pobres agora eram considerados arrogantes e desonestos, preferindo a preguiça ao trabalho, ferindo os preceitos da vida Cristã. Estes eram os pobres atingidos pelas medidas repressoras. (GEREMEK, 1994, p. 140 e 141, tradução nossa)

Temendo a acusação de heresia, o Conselho Municipal apelou a teólogos de Paris para resolver o conflito. O veredicto da Sorbonne foi a favor do Conselho: as medidas contra os pobres eram severas, porém justas e não entravam em conflito com a doutrina cristã. Os teólogos de Sorbonne fizeram algumas recomendações: Os interesses dos pobres deveriam ser considerados, a mendicância seria permitida desde que o pobre estivesse sofrendo “extrema necessidade” sem outros meios de obter sustento. Os pobres de outras cidades não deveriam ser expulsos se não pudessem trabalhar, os indivíduos não deveriam ser punidos por dar esmolas diretamente aos pobres. Finalmente, as leis para os pobres não poderiam ser aplicadas às ordens mendicantes, pois suas atividades eram aprovadas pela Igreja.

Apesar das restrições impostas, principalmente em relação aos “pobres estrangeiros”, as reformas tiveram a aprovação da doutrina católica. Na prática, algumas das medidas adotadas desafiavam a recomendação dos teólogos. Mas eles também eram flexíveis ao admitir que o sistema social devesse se ajustar às necessidades do momento. Esta consciência da necessidade de adaptação foi fundamental para transformar a política social na segunda década do século XVI.

8.4. Inglaterra

Podem-se destacar dois aspectos na história da Inglaterra que contribuem para a reflexão do papel do pobre no sistema de trocas de mercado. O primeiro é o cercamento dos campos e o segundo a Lei dos Pobres e sua evolução.

Cercamento dos campos:

O movimento para o cercamento dos campos na Inglaterra começou no século XII e progrediu rapidamente até o período entre 1450 – 1640. Também foi bastante ativo entre 1750 e 1860 até se completar no final do século XIX. (ENCLOSURE. In Encyclopædia Britannica. 2010). O processo consistia no cercamento de campos e áreas comuns pelos senhores, onde as terras aráveis eram convertidas em pastagens para carneiros. Neste período condados inteiros foram ameaçados pelo despovoamento. Nas palavras de Polanyi:

Os cercamentos foram chamados, de forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e costumes tradicionais às vezes pela violência, às vezes pela pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como sua e de seus herdeiros (POLANYI, 1944, P. 53).

Lei dos Pobres:

Até o reinado de Henrique VII, os pobres da Inglaterra dependiam da caridade privada, onde cada monastério agia conforme suas próprias diretrizes. No reinado de Elizabeth I foi instituída a Lei dos Pobres. De acordo com esta lei, a caridade deveria ser administrada pelo supervisor de cada paróquia que providenciava ajuda para os idosos, crianças e doentes. Sua primeira versão foi codificada em 1597/8 (POOR LAW. In Encyclopædia Britannica. 2010) e diversas emendas foram feitas ao longo do tempo para adaptar às necessidades das diferentes épocas. Na seção a seguir estão destacadas as principais emendas.

Cronologia da Lei dos Pobres: (THE POOR LAW. In Rossbret UK Institutions website):

Em 1601 foi instituído o Poor Law Act. Determinava que o comitê de cada paróquia deveria anualmente escolher os supervisores e nomear os responsáveis pela ajuda aos doentes, pobres e idosos. A ajuda podia ser em espécie ou mercadorias e a distribuição era feita através da Igreja paroquial. Todos os registros deveriam ser mantidos nos livros das paróquias.

O Settlement Act 1622 definiu que os supervisores poderiam encaminhar os pobres às suas paróquias de origem após 40 dias de assistência, exceto se possuíssem um certificado. O motivo desta decisão foi proteger as paróquias bem sucedidas de serem invadidas por indigentes profissionais. Adam Smith, mais de um século após o decreto “denunciou essa lei porque imobilizava o povo, impedindo-o de encontrar emprego útil, da mesma forma que impedia os capitalistas de encontrar empregados.” (POLANYI, 1944, p. 111). Esta medida foi revogada apenas em 1795, quando sob a pressão da necessidade da indústria foi restaurada a mobilidade do trabalhador, permitindo a criação de um mercado de trabalho nacional (POLANYI, 1944).

Em 1722 o Knatchbull's Act estipulava que as paróquias poderiam comprar locais para servirem como *workhouses*. Os pobres saudáveis eram encaminhados para estes locais para trabalhar. Os supervisores poderiam recusar ajuda caso o pobre não quisesse ir para o estabelecimento.

As *workhouses* eram instituições criadas para dar emprego aos pobres: a Lei dos Pobres tornava as paróquias responsáveis pela assistência. Os supervisores deviam construir casas de trabalho para empregar pobres e indigentes de forma a gerar lucro. Logo de início provou-se muito difícil fazer da instituição um empreendimento lucrativo e durante o século XVII tornaram-se quase como uma casa de correção, recebendo pobres, indigentes, criminosos, jovens e idosos, saudáveis ou doentes. Seus membros poderiam ser liberados para trabalhar para empresas contratadas ou mantidos no estabelecimento sem atividade para não competir com o mercado de trabalho (GEREMEK, 1994; WORKHOUSE. In Encyclopædia Britannica, 2010).

Em 1792 foi criado o Speenhamland System, que representou uma mudança importante na dinâmica de trabalho no campo. Geremek (1994) considera que a medida foi uma consequência do aumento do custo da comida muito acima do poder de compra dos salários e também do elevado número de pobres solicitando auxílio. Já Polanyi (1944) defende que o projeto foi criado para proteger o setor rural da desarticulação social: o objetivo era conter o êxodo rural e aumentar o salário agrícola sem sobrecarregar o proprietário de terra.

Neste sistema, ao invés de estabelecer um salário mínimo, as paróquias complementavam a renda do trabalhador até o nível considerado mínimo usando seus recursos financeiros. O nível considerado mínimo era o valor de 8 1/2 libras de pão por mês por homem (aproximadamente 4 kilos) mais 1 1/2 para a esposa e cada criança. Este dinheiro deveria cobrir todas as despesas mensais da família. Esta lei forçava os pobres a trabalhar com qualquer salário que pudessem conseguir, pois apenas aqueles que não conseguiam trabalho tinham direito à assistência social (GEREMEK, 1994; SPEENHAMLAND SYSTEM. In Encyclopædia Britannica, 2010).

Polanyi discursa sobre este sistema no seu livro *A Grande Transformação*:

Durante a vigência da Speenhamland Law, o indivíduo recebia assistência mesmo quando empregado, se seu salário fosse menor do que a renda familiar estabelecida pela tabela. Ora, nenhum trabalhador tinha qualquer interesse material em satisfazer seu empregador, uma vez que a sua renda era a mesma qualquer que fosse seu salário [...] .Em poucos anos a produtividade do trabalho começou a declinar até o nível do trabalho indigente, oferecendo aos empregadores mais um motivo para não elevar os salários além da tabela (POLANYI, 1944, p. 101).

“Cronologicamente, a Speenhamland Law antecedeu a economia de mercado; a década do Poor Law Reform Act representou o período de transição desta economia” (POLANYI, 1944, p. 104).

Alguns historiadores modernos condenaram a medida alegando que encorajava a preguiça dos trabalhadores, enquanto dava oportunidade aos empregadores de baixar os salários e aumentar os alugueis, pois o dinheiro público cobriria esta diferença (GEREMEK, 1994).

Polanyi também salientou a incompatibilidade do sistema com a necessidade de mão de obra na indústria que estava se desenvolvendo:

[...] a Revolução Industrial exigia um suprimento nacional de trabalhadores que poderiam trabalhar em troca de salários, enquanto a Speenhamland proclamava o princípio de que nenhum homem precisava temer a fome porque a paróquia o sustentaria e a sua família, por menos que ele ganhasse. Havia contradição marcante entre as duas políticas industriais (POLANYI, 1944, p. 112).

O resultado desta emenda aumentou tanto os gastos públicos que uma nova Lei dos Pobres foi decretada com uma linha de pensamento mais dura, onde a pobreza daqueles que podiam trabalhar era considerada uma falha moral. A única ajuda que os pobres saudáveis podiam ter era o trabalho nas *workhouses*, o que incitava o pobre a não buscar a caridade e sim outro tipo de trabalho, já que as condições da instituição eram bastante degradantes (GEREMEK, 1994).

Críticas às Leis dos Pobres:

Em 1832 o primeiro ministro Earl Grey instituiu uma Comissão Real para avaliar todo o sistema de ajuda aos pobres. Edwin Chadwick foi *designado Assistant Commissioner*, o trabalho durou dois anos. O relatório final com as recomendações foi a base para a emenda de 1834.

A Emenda de 1834

A Emenda de 1834 da Lei dos Pobres padroniza o sistema de ajuda aos pobres por toda a Inglaterra e une as paróquias em grupos responsáveis pelas *workhouses*. De acordo com a nova lei, era proibido ajudar aos pobres saudáveis em suas próprias casas, todos os que pedissem ajuda deveriam morar nas *workhouses*. As condições de vida nestes locais eram bastante degradantes para desencorajar os pobres a pedir ajuda em suas paróquias. Nas palavras de Polanyi:

A reforma na Lei dos Pobres de 1834 acabou com essa obstrução do mercado de trabalho [...] muitos dos pobres mais necessitados foram abandonados à sua sorte quando se retirou a assistência externa, e entre aqueles que sofreram mais amargamente estavam os 'pobres merecedores' [...].

[...] Se a Speenhamland impedira a emergência de uma classe trabalhadora, agora os trabalhadores pobres estavam sendo formados nessa classe pela pressão de um mecanismo insensível (POLANYI, 1944, p. 105).

A emenda foi uma medida muito impopular, levando a manifestações violentas. Esta tensão social aumentou em 1836 quando uma crise financeira acompanhada por um período de más colheitas e depressão econômica provocou uma convulsão social mais visível e dramática. Isto se deu imediatamente antes da coroação da Rainha Vitória que subiu ao trono em 1837 (GEREMEK, 1994).

O pensamento humanitário do século XIX colaborou para modificar esta lei e o fenômeno do desemprego no século XX mostrou que pobreza não era um problema moral. A legislação social dos anos 1930/40 substituiu a Lei dos Pobres com um sistema público de assistência social.

8.5. Conclusões do capítulo

Os exemplos destas regiões são apenas alguns entre muitas tentativas de solução da questão da pobreza. O mesmo padrão pode ser encontrado por toda parte: miséria humana, tentativas de lidar com a situação da mendicância, crises de abastecimento recorrentes. As decisões das autoridades também possuem características comuns: o objetivo não era erradicar a pobreza e sim encontrar formas de lidar com o crescente contingente de pessoas pobres nas cidades – que ameaçavam a saúde, segurança e bem estar dos ricos. Dentre as tentativas para solucionar o problema pode-se destacar:

Censo: para estimar o número de pobres e separar os pobres da cidade dos pobres “estrangeiros” – cada cidade deveria tomar conta de seus próprios pobres. As autoridades locais emitiam um documento que atestava a pobreza e o direito à caridade, definindo entre os pobres aqueles que eram “merecedores”. Também preocupavam-se em separar os pobres saudáveis dos enfermos – consideravam importante destacar os que podiam trabalhar dos realmente doentes para não estimular a preguiça ou indolência.

Havia também a preocupação de tirar os mendigos da rua e isolar os pobres em instituições. Os que estavam saudáveis muitas vezes eram obrigados a trabalhar em oficinas, nas galés ou outros trabalhos forçados em troca de abrigo e comida. As crianças eram direcionadas para serem aprendizes de algum ofício. A mendicância foi proibida em diversas cidades e punida com multa para quem dava esmola e prisão para os mendigos.

Outra questão recorrente era a forma de prestar caridade: medidas legais foram tomadas para centralizar as doações e organizar a ajuda aos pobres pela Igreja ou pelas autoridades locais, financiados através de impostos específicos. Dentre os padrões de troca definidos por Polanyi a redistribuição é a forma predominante para o auxílio aos pobres: A autoridade central recolhe impostos e define prioridades - todos têm que seguir as normas estabelecidas. A receita recolhida é utilizada para manter as instituições de caridade, prestar serviços à comunidade e prover o necessário em casos de emergências.

A semelhança e repetição das reações às crises também podem ser notadas no longo prazo. As tensões sociais são sintomas de uma crise estrutural. Neste sentido, o trabalho de Polanyi auxilia na compreensão do fenômeno que provocou a desarticulação social e a transformação na dinâmica do trabalho, produção e consumo.